

FOUCAULT E A CRÍTICA DA MODERNIDADE POLÍTICA LIBERAL

FOUCAULT AND THE CRITICISM TO LIBERAL POLITICAL MODERNITY*

FERNANDO DANNER**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA, BRASIL

Resumo: Este trabalho reflete sobre a crítica de Foucault ao processo de modernização do Estado liberal, expondo aquela que para Foucault é a característica fundamental da racionalidade liberal, a saber: seu aspecto individualizante e totalizante. Nesse processo de modernização liberal, a biopolítica aparece intrinsecamente ligada à questão do poder, pelo fato de que a vigilância e a normalização metódicas e permanentes dos processos relativos às populações estão ligadas a uma preocupação de racionalização política que leva em conta as exigências do mercado, o mercado e sua racionalidade econômica indicarão *onde* e *como* o poder político deve agir. Assim, há uma correlação estreita entre os fenômenos específicos das populações e a economia política. Parece-me que, da arqueologia à genealogia, o que podemos perceber é exatamente a formação de um conjunto de saberes sobre o homem cuja função é a formação de uma subjetividade adequada ao capitalismo moderno e ao tipo de racionalidade que lhe é própria.

Palavras-chave: Poder. Saber. Liberalismo. Economia Política. Foucault.

Abstract: This paper develops the Foucault's criticism to the process of modernization of the liberal State, demonstrating the most important characteristic of liberal rationality, namely, its aspect at the same time individualizing and totalizing. In this process of liberal modernization, biopolitics appears intrinsically linked to the question of power, by the fact that methodic and permanent vigilancy and normalization of the process related to populations are linked to a concerning of political rationalization that takes into account the market's exigencies, so Market and its economic rationality will indicate *where* and *how* political power must act. Therefore, there is a very close correlation between specific phenomenon of populations and political economy. It seems to me that, from archeology to genealogy, what we can perceive is exactly the formation of a structure of knowledges about man, whose role is the formation of an adequated subjectivity to modern capitalismo and its kind of rationality.

Keywords: Power. Knowledge. Liberalism. Political Economy. Foucault.

* Artigo recebido em 13/11/2019 e aprovado para publicação pelo Conselho Editorial em 20/12/2019.

** Doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/4953604331184258>. E-mail: fernando.danner@gmail.com.

1. Considerações Iniciais

Neste artigo, analiso a crítica de Foucault à modernidade política liberal. O pressuposto que orienta esse trabalho é a constituição histórica das ciências do homem na modernidade, isto é, o conjunto dos saberes que foram elaborados e postos em prática na modernidade com o objetivo de estabelecer a verdade sobre os sujeitos, tal como desenvolvido na sua *arqueologia do saber*. Portanto, assumindo esse argumento como premissa inicial, gostaria de me deter mais detalhadamente na questão do poder-saber como elemento constituinte da racionalidade liberal moderna, questão essa desenvolvida na genealogia enquanto continuação das pesquisas anteriores. Meu argumento consiste em mostrar que tanto o exercício do poder como o exercício do governo necessitam das ciências do homem (da verdade sobre o homem) para alcançarem seus objetivos. Na primeira seção, trato da questão da crítica da racionalidade política em Foucault. Procuo mostrar que, ao identificar o papel da filosofia como uma crítica da racionalidade política, Foucault demonstrou que a racionalidade política liberal moderna é caracterizada ao mesmo tempo como individualizante e totalizante, isto é, ao mesmo tempo em que necessita de um controle minucioso das operações dos corpos individuais, ela necessita também de um controle maior dos processos biológicos das populações. Na segunda seção do texto, trato da questão da analítica do poder de Foucault e, ao mesmo tempo, demonstro que há uma intrínseca conexão desta com o saber, no sentido de que o exercício do poder produz saber, cuja função é ampliar ainda mais os efeitos de poder sobre o corpo social. O argumento principal consiste em que o indivíduo moderno é o resultado (produto) das relações de saber e de poder que se desenvolvem nos diferentes âmbitos da sociedade e no interior de diferentes instituições sociais. Na terceira seção, volto-me para a questão da biopolítica, entendida como uma forma de poder que se dirige à vida das populações, do conjunto dos seus processos biológicos. A problematização da biopolítica me permite, nas últimas duas seções do trabalho, analisar o processo de governamentalização do Estado moderno desde o ponto de vista do pastorado cristão, passando pelo aparecimento da população como problema político até a emergência do ordo-liberalismo alemão e do neoliberalismo da Escola de Chicago como modelos de racionalidade liberal. O fio condutor está em que as ciências do homem foram fundamentais para a emergência e a consolidação do Estado liberal e do tipo de racionalidade que lhe é característico.

2. A filosofia como crítica da racionalidade política

Numa conferência realizada nos Estados Unidos, em 1979, “*Omnes et Singulatim*: uma crítica da razão política”, Foucault expressava uma preocupação central do pensamento Ocidental do século XIX, a saber, “a crítica da razão – ou da falta de razão – nas estruturas políticas” (FOUCAULT, 2006, p. 355). Para ele, “a tarefa das luzes era multiplicar os poderes políticos da razão”; porém, “os homens do século XIX logo iriam se perguntar se a razão não estava a ponto de tornar-se demasiado potente em nossas sociedades”; o problema, segundo ele, estava justamente na relação perigosa que se estabelecia “entre uma sociedade propensa à racionalização e algumas ameaças pesando sobre os indivíduos e suas liberdades, sobre a espécie e sua sobrevivência” (SENNELART, 1995, p. 01). Nesta mesma conferência, Foucault deixava claro qual era, a seu ver, a tarefa da filosofia: realizar uma rigorosa e profunda crítica da racionalidade política. Em suas palavras:

[...] A partir de Kant, o papel da filosofia foi de impedir a razão de ultrapassar os limites do que é dado na experiência; mas, desde essa época – quer dizer, com o desenvolvimento dos Estados modernos e a organização política da sociedade –, o papel da filosofia foi também o de vigiar os abusos do poder da racionalidade política, o que lhes dá uma esperança de vida bastante promissora (FOUCAULT, 2006, p. 356).

Em sua perspectiva, essa tarefa crítica não se realizaria tão-somente por meio da vigilância das práticas reais de poder, mas também “pela desmontagem de seus mecanismos e pela análise da racionalidade à qual obedecem” (SENNELART, 1995, p. 01). Nos seus cursos no *Collège de France*, nos anos de 1978 e 1979, *Segurança, Território, População e Nascimento da Biopolítica*, respectivamente, bem como em algumas de suas conferências, Foucault havia mostrado como a racionalidade Ocidental moderna se caracterizava por assumir, ao mesmo tempo, e de maneira imbricada, tanto um aspecto *individualizante* quanto um aspecto *totalizante*. Em outras palavras, a racionalidade moderna congrega em si o poder pastoral cristão (*princípio da individuação*) e o princípio central que aparece na doutrina da razão de Estado do século XVI (*princípio da totalização*). No século XVIII – e esta seria a forma moderna da racionalidade de governo – os dois princípios acima mencionados articulam-se na “teoria do Estado de polícia”, cujo objetivo consistiria no aumento do poder do Estado por meio do cuidado minucioso e metódico da felicidade dos seus súditos – é por isso, como mostra Foucault nesses cursos e em suas conferências, que o Estado de polícia é também conhecido

como Estado de bem-estar social ou *Wohlfahrtsstaat*. Para nosso autor, a matriz da razão política moderna consiste na implantação das técnicas pastorais no quadro do aparelho de Estado. Com o termo *governamentalidade*, Foucault designou o processo que conduziu a arte de governar da pastoral cristã ao Estado de polícia, mas que também se prolongava até nossos dias sob a forma de Estado de bem-estar social; nesse sentido, a racionalidade governamental moderna não se limitaria ao monopólio legítimo do uso da força pelo Estado, mas à articulação do poder com técnicas específicas de saber (conhecimento), de controle e de coerção sobre os indivíduos. Portanto, aos olhos de Foucault, a governamentalidade expressaria uma racionalização das relações de poder (SENNELART, 1995, p. 02).

Nas análises de Foucault, fica explícita uma ligação direta entre o processo de racionalização social e os abusos cometidos pelo poder. Nesse sentido, a crítica da racionalidade política, mais do que “uma história das instituições ou uma história das ideias”, é uma “história da racionalidade, tal como ela opera nas instituições e na conduta das pessoas”; nessa crítica da racionalidade política, não se trata de realizar “o processo da razão, mas de determinar a natureza dessa racionalidade que é compatível com a violência” (FOUCAULT, 2006, p. 319). O centro da crítica da racionalidade política é aquilo que Foucault denominou de processo de “racionalização da gestão do indivíduo”: a crítica da racionalidade política coloca como problema principal a interrogação do próprio fundamento (ou da natureza) dessa racionalidade e das condições atuais da existência dessa mesma racionalidade – tratar-se-ia de combater os abusos do poder que são cometidos, em nome da razão e enquanto racionais, nas instituições e no interior da racionalidade política moderna, e por meio delas (Cf.: MARTUCELLI, 2006, p. 17).

Nos cursos *Segurança, Território, População e Nascimento da Biopolítica* é clara a preocupação de Foucault em estudar o desenvolvimento histórico dessa racionalidade estatal moderna, que é o *liberalismo*. A hipótese deste trabalho pode ser formulada da seguinte maneira: a genealogia do poder, iniciada na década de 1970, mostrou que existiria uma rede de micropoderes disciplinares, que teria surgido no século XVII, e que seria responsável pelo disciplinamento e pela administração do corpo individual, ou seja, pela formação de um indivíduo dócil e útil. Essa análise se complementa com a configuração do panorama do biopoder, surgido ao longo do século XVIII e na passagem para o século XIX, cuja função não é mais o tratamento do corpo individual, mas sim dos fenômenos do corpo coletivo, da regulamentação da população, dos fenômenos relativos ao homem-espécie. Nos cursos de 1978 e 1979, Foucault começa a estudar a biopolítica articulada às modernas economias de

mercado, profundamente influenciadas pelo *neoliberalismo da Escola de Chicado* (e sua teoria do capital humano), e pelo *ordoliberalismo alemão*. Com efeito, sob a perspectiva do neoliberalismo do pós-guerra, a racionalidade econômica passa a adquirir, cada vez mais, um sentido economicista, e o indivíduo começa a ser entendido em termos de *homo oeconomicus*, isto é, como indivíduo produtivo que age e responde aos desafios que são colocados pelo mercado capitalista. Por sua vez, aos olhos de Foucault, o mercado passa a ser considerado como o “grande produtor de verdade” no mundo contemporâneo; trata-se, portanto, de estudar as técnicas específicas de governo das populações (para além dos domínios da soberania política tradicional, como tematizados pelos filósofos do século XVIII) e como elas se desenvolvem a partir das novas tecnologias impostas pelo mercado. Em particular, o que me parece fundamental nas análises introduzidas por Foucault é a emergência e a intromissão da racionalidade econômica para além da esfera produtiva, englobando a esfera política e outras esferas da vida humana (educação, família, criminalidade etc.).

Foucault analisa o liberalismo não como uma teoria econômica ou jurídica da sociedade, mas como uma *prática refletida de governo*. Em outras palavras, o liberalismo é concebido como uma crítica a um tipo de arte de governar denominada de *razão de Estado* ou *Estado de Polícia*. No cerne da racionalidade governamental liberal encontra-se o princípio de que “sempre se governa demais” – é isso que constitui para Foucault a especificidade e a originalidade do governo liberal. O liberalismo é perpassado por uma regra de economia máxima, não no sentido de que é preciso governar o máximo possível com um menor custo, mas como uma interrogação sobre a própria legitimidade desse governo, na medida em que governar poderia ser mais oneroso do que não governar. Assim, a questão principal para os liberais é: é preciso governar realmente? Aos olhos de Foucault, a ideia liberal de uma sociedade autorregulando-se pelo jogo dos interesses e necessidades dos indivíduos constitui-se fundamentalmente como uma crítica radical ao governo e à sua racionalidade específica. É isso que faz do liberalismo uma prática de governo ligada a uma crítica permanente de si mesmo, de seus princípios, enfim, da própria racionalidade que o rege. Por isso, o liberalismo pode ser definido como *uma forma de reflexão crítica da racionalidade governamental*.

Na próxima seção, discuto rapidamente a crítica do poder de Foucault para, em seguida, analisar a questão da biopolítica. Essas discussões preparam o terreno para, na parte final deste artigo, analisar o liberalismo e o neoliberalismo, entendidos como racionalidade hegemônica no mundo moderno e contemporâneo.

3. A analítica do poder e a produção do conhecimento sobre o homem

A genealogia da modernidade de Foucault expressa uma complementariedade entre suas análises arqueológicas e suas análises genealógicas da verdade, do poder e da ética, que constituem a ideia do sujeito e da subjetividade moderna. A diferença entre uma e outra é expressa claramente na passagem seguinte:

A genealogia seria, portanto, com relação ao projeto de uma inscrição dos saberes na hierarquia dos poderes próprios à ciência, um empreendimento para libertar da sujeição os saberes históricos, isto é, torná-los capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico, unitário, formal e científico. A reativação dos saberes locais – menores, diria Deleuze – contra a hierarquia científica do conhecimento e seus efeitos intrínsecos de poder, eis o projeto dessas genealogias desordenadas e fragmentárias. Enquanto a arqueologia é o método próprio à análise da discursividade local, a genealogia é a tática que, a partir da discursividade local assim descrita, ativa os saberes libertos da sujeição que emergem desta discursividade local (FOUCAULT, 1979, p. 172).

Por uma questão de espaço, nesta seção não é meu objetivo reconstruir todos os argumentos que definem ambos os métodos (o arqueológico e o genealógico). Interessa-me, sobretudo, ressaltar a interpretação que Foucault faz do poder e de sua ubiquidade na vida das pessoas, como Mark Kelly bem descreveu em seu livro (Cf.: KELLY, 2008, p. 18). Em outras palavras, o que interessa Foucault é o tema *nietzschiano* do poder, que aparece intimamente ligado à questão do discurso: poder e saber (e vice-versa) mantém entre si uma intrínseca e perpétua articulação, de modo que o exercício do poder cria novos tipos de saber e o saber, por sua vez, reconduz os efeitos de poder. O sujeito liberal moderno, nesse sentido, é o produto dessa trama de relações de poder e de saber que se desenvolvem na sociedade. Além disso, na esteira de sua leitura de Nietzsche, Foucault quer desenvolver uma concepção não jurídica do poder. Em sua perspectiva, o modelo jurídico do poder (de Grotius, de Pufendorf e de Rousseau) centraliza a análise do poder na soberania do Estado ou da sociedade civil (Cf.: OLIVEIRA, 2003, p. 135); a análise não jurídica do poder, por sua vez, pressupõe que o poder não seja caracterizado em seu sentido substantivo (*O Poder*), nem deva ser caracterizado como uma mercadoria ou como uma posse que pertenceria ao Estado, a uma classe ou a um indivíduo, mas que seja compreendido como uma complexa rede de relações – *uma microfísica do poder*. Como afirmou Deleuze:

Uma das ideias essenciais de *Vigiar e Punir* é que as sociedades modernas podem ser definidas como sociedades “disciplinares”: mas a disciplina não pode ser identificada nem como uma instituição nem como um aparelho, precisamente

porque ela é um tipo de poder, uma tecnologia, que atravessa toda uma variedade de aparelhos e de instituições para conectar-se, prolongar-se, fazer-lhes convergir, fazer-lhes exercer de um novo modo (DELEUZE, 1991, p. 33).

Na primeira metade dos anos 70, Foucault desenvolve uma crítica tanto à concepção jurídico-discursiva como à teoria marxista do poder. Aos olhos de Foucault, ambas as teorias sempre definiram o poder a partir do modelo da economia, ou seja, em ambas o poder é analisado como uma *mercadoria* ou como um *atributo* do qual o indivíduo ou o grupo social seria possuidor. No primeiro caso, na teoria jurídico-liberal o poder é identificado como um direito, tal como a posse de uma mercadoria, que seria alienado ou transferido mediante uma operação de troca contratual; no segundo caso, na teoria marxista, ao se referir à “funcionalidade econômica do poder”, Foucault quer dizer que a função principal do poder seria manter as relações de poder e conduzir a uma dominação de classe. A crítica à concepção marxista do poder visa demonstrar que o poder não pode ser reduzido a uma mercadoria, que pertenceria ao Estado ou a classe dominante, e que se exerceria a partir do esquema dominação-repressão. Como sugeriu Kelly, na análise do poder de Foucault tanto a concepção marxista quanto a jurídico liberal do poder são insuficientes para se compreender o caráter positivo e produtivo das relações de poder na modernidade, no nível em que elas realmente acontecem (Cf.: KELLY, 2008, p. 37). Portanto, ao abandonar a concepção filosófico-jurídica e a concepção marxista do poder, Foucault se interessa por identificar “as relações de poder efetivas que fabricam sujeitos” (FOUCAULT, 2005, p.51).

Em *Vigiar e Punir*, Foucault desenvolve a genealogia do indivíduo moderno como resultado de uma tecnologia disciplinar e de uma ciência social normativa (Cf.: DREYFUS & RABINOW, 1995, p. 158). Em outras palavras, Foucault estava interessado no “entendimento acerca dos processos pelos quais os indivíduos se tornam sujeitos como resultado de um intrincado processo de objetivação que se dá no interior das redes de poder”; trata-se de considerar “o poder enquanto elemento capaz de explicar como se produzem os saberes e como nos constituímos na articulação entre ambos” (VEIGA-NETO, 2005, p. 65-66). De fato, ao analisar as transformações históricas do sistema penal, Foucault percebe que há um elemento comum entre os métodos punitivos (direito penal) e as ciências humanas – “um processo de formação epistemológico-jurídico” (FOUCAULT, 1975, p. 24). A hipótese de investigação de Foucault consistia em verificar se não se poderia “colocar a tecnologia do poder tanto da humanização da penalidade quanto do conhecimento do homem”, ou seja, a entrada da alma na punição penal seria acompanhada pela emergência de uma série de

“saberes científicos” (pedagogia, psiquiatria, psicologia etc.), de modo que estes mesmos saberes não seriam mais do que uma consequência imediata de se perceber como o corpo dos indivíduos é perpassado por relações de poder (Cf.: FOUCAULT, 1975, p. 24).

O surgimento das disciplinas está intimamente conectado a um processo de normalização do corpo social, de fabricação de comportamentos e de corpos submissos e exercitados, cujo objetivo é responder às exigências de uma sociedade em vias de industrialização; nas palavras de Évrard, “a disciplina designa os métodos que autorizam um controle das operações do corpo, que procuram estabelecer um corpo dócil, um corpo que é manipulado, que pode ser submisso, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (ÉVRARD, 1995, p. 84-85). Em outras palavras, ao contrário das técnicas violentas de punição soberana, o exercício do poder disciplinar supõe a formação e a veiculação de um discurso que não é exatamente o discurso do direito, da lei ou da regra, mas o da *norma* (ou normalização). Portanto, o indivíduo moderno, sua identidade e características principais, é fabricado pela disciplina, isto é, é um produto de um conjunto de relações de poder e de saber sobre os indivíduos e seus corpos (Cf.: FOUCAULT, 2006, p. 185).

4. A biopolítica e a gestão da população

Foucault destaca que nossa sociedade atravessou o “limiar da modernidade biológica” na passagem do século XVIII para o século XIX, no momento em que o indivíduo e, principalmente, a espécie humana começaram a fazer parte dos cálculos explícitos do poder político: um processo que poderia ser definido como “assunção da vida pelo poder”, em um movimento que se poderia chamar de “estatização do biológico” (FOUCAULT, 2005, p. 285-286). Em *A Vontade de Saber*, Foucault definiu claramente essa entrada na vida das populações nos cálculos do poder político: “o homem, durante milênios, permaneceu o que era para Aristóteles: um animal vivo e, além disso, capaz de existência política; o homem moderno é um animal, em cuja política, sua vida de ser vivo está em questão” (FOUCAULT, 1976, p.156). A biopolítica, nesse sentido, designa um processo de racionalização dos fenômenos populacional à prática política. Nas próprias palavras de Foucault, “se pudéssemos chamar de ‘bio-história’ às pressões por meio das quais os movimentos da vida e os processos da história interferem entre si, deveríamos falar de ‘biopolítica’ para designar o que faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos do

poder, e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana” (FOUCAULT, 1976, p. 134).

No decorrer da Época Clássica, ocorreu uma transformação importante no direito político do Ocidente. O poder soberano foi integrado, modificado, perpassado por um tipo de poder que tem agora a função não mais de matar, mas de gerir a vida, de aumentar suas possibilidades, de torná-la mais sadia etc. Esse poder sobre a vida, portanto, não é, como na sociedade de soberania, um poder de “fazer morrer ou de deixar viver”; ao contrário, é um “poder de ‘fazer’ viver e de ‘deixar’ morrer” (FOUCAULT, 2005, p. 287). Uma das principais transformações desse poder (ou direito) de vida é que ele não é mais concebido em termos essencialmente jurídicos, mas biológicos, enquanto possibilidade de existência de todos. Diz Foucault:

As guerras já não se travam mais em nome do soberano a ser defendido; travam-se em nome da existência de todos; populações inteiras são levadas a destruição mútua em nome da necessidade de viver. Os massacres se tornaram vitais. Foi como gestores da vida e da sobrevivência dos corpos e das raças que tantos regimes puderam travar tantas guerras, causando a morte de tantos homens. E, por uma reviravolta que permite fechar o círculo, quanto mais as tecnologias de guerra voltaram-se para a destruição exaustiva, tanto mais as decisões que a iniciam e a encerram se ordenaram em função da questão nua e crua da sobrevivência. A situação atômica se encontra no ponto de chegada desse processo: o poder de expor uma população à morte é o inverso de garantir a outra sua permanência em vida (FOUCAULT, 1976, p. 149).

Portanto, esse novo poder moderno sobre a vida desenvolveu-se a partir de dois polos: o primeiro centrou-se no corpo-máquina, isto é, trata-se de uma técnica de poder que torna possível o treinamento e o controle dos indivíduos (de seu corpo, de seus gestos, de seus comportamentos etc.) no interior de instituições como a escola, o hospital, a fábrica, o quartel – esse tipo de poder é a disciplina (*anátomo-política do corpo*); o segundo polo centrou-se no corpo-espécie, e opera no nível dos processos biológicos da população (saúde, natalidade, morbidade, expectativa de vida etc.) – a *biopolítica da espécie humana*. Rose resume a especificidade das duas formas de poder do seguinte modo: “a tecnologia da disciplina engloba técnicas de vigilância individual e adestramento. [...] o biopoder envolve técnicas de vigilância de massa, tais como o censo, e de controle de massa, tais como as campanhas de saúde” (ROSE, 2007, p. 43).

É importante refletir sobre a importância assumida pela sexualidade, em meados do século XIX, como problema político. Em *A Vontade de Saber*, Foucault apresenta a hipótese de que, contrariamente à “hipótese repressiva”, ocorreu uma “incitação discursiva” em torno

da sexualidade: “cumpre falar do sexo como uma coisa que não se deve simplesmente condenar ou tolerar, mas gerir, inserir em sistemas de utilidade, regulamentar para o bem de todos, fazer funcionar segundo um padrão ótimo. O sexo não se julga apenas, administra-se. Sobreleva-se ao poder público; exige procedimentos de gestão; deve ser assumido por discursos analíticos” (FOUCAULT, 1976, p. 27). Isso explica a valorização da sexualidade por parte dos discursos médicos, científicos, psicológicos, pedagógicos, enfim, pelo conjunto dos “saberes políticos”, na medida em que ela se encontra no ponto de junção entre o corpo e a população, entre os procedimentos disciplinares e os mecanismos de regulamentação: de um lado, porque a sexualidade, enquanto comportamento corporal, necessita de um controle disciplinar, de natureza individualizante, na forma da vigilância permanente; de outro lado, porque ela faz parte, pelos seus mecanismos procriadores, de um conjunto maior de processos biológicos que são os fenômenos específicos da população (Cf.: FOUCAULT, 2005, p. 300-301). A biopolítica, portanto, marca a incidência de um novo poder sobre a vida, e está ligada a emergência da população enquanto alvo principal desse mesmo poder político.

Na próxima seção, tendo presente essa primeira abordagem sobre a biopolítica, refletirei sobre o problema da formação do Estado moderno, caracterizado por um tipo de poder que assume uma forma ao mesmo tempo individualizante e totalizante. É no interior do Estado moderno, com suas formas de gestão dos indivíduos e dos processos populacionais, que aparece toda a especificidade do liberalismo e do neoliberalismo.

5. A formação do Estado moderno e a constituição de sua dupla-face

Os cursos ministrados no *Collège de France*, nos anos de 1977-1979, respectivamente *Segurança, Território, População e Nascimento da Biopolítica*, têm como foco de análise a “genealogia do Estado moderno”. No primeiro desses cursos, Foucault amplia a problemática da biopolítica, reinscrevendo-a naquilo que ele chamou de “racionalidade governamental” ou “governamentalidade”; já no segundo curso, Foucault prossegue analisando o tema da *governamentalidade*, tendo como pano de fundo a questão do liberalismo em suas duas versões contemporâneas: o *ordo-liberalismo alemão* e o *liberalismo da Escola de Chicago*. Nesses dois cursos, nosso autor procura compreender o conceito de “racionalidade governamental” ou “arte de governar” a partir de quatro domínios históricos diferentes: (a) o tema, na filosofia grega e, mais especificamente, na Antiguidade e no cristianismo primitivo,

da natureza do governo, e a ideia de governo enquanto uma forma de ‘poder pastoral’; (b) as doutrinas do governo, no período moderno, associadas à ideia da *razão de Estado* e à doutrina do Estado de polícia; (c) o início do liberalismo, no século XVIII, considerado como uma forma de arte de governo; e (d) as formas de pensamento neoliberal do pós-guerra, especificamente o *Ordo-liberalismo* alemão e a *Escola de Chicago*, nos Estados Unidos, consideradas como modos de repensar a racionalidade de governo.

Foucault designa a governamentalidade como uma forma de relação de poder em termos de “condução da conduta”, ou seja, os procedimentos utilizados pelas diferentes artes de governo para impor padrões de comportamento aos indivíduos e às populações, com o objetivo de controlar e manipular a sua conduta, sua própria vida; além disso, com este termo, Foucault quis apreender essa passagem da noção de governo dos homens nas sociedades antigas e as transformações da racionalidade e das técnicas de governo dos homens até desembocar em seu sentido propriamente moderno. Diz ele:

1. O conjunto formado pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem o exercício desta muito específica – embora complexa – forma de poder, que tem como seu alvo a população, como principal forma de conhecimento a economia política e, como seus instrumentos técnicos essenciais, os aparatos de segurança.
2. A tendência que, por um longo período e em todo o Ocidente, tem firmemente deixado, além disso, sua primazia em relação a todas as outras formas (soberania, disciplina, etc.) deste tipo de poder que poderia ser denominado governo, resultando, de um lado, na formação de um amplo conjunto de aparatos governamentais específicos e, de outro lado, no desenvolvimento de um amplo complexo de saberes (*Savoirs*).
3. O processo, ou, melhor ainda, o resultado do processo, através do qual o Estado de justiça da Idade Média, transformado no Estado administrativo durante os séculos XV e XVI, gradualmente se torna ‘governamentalizado’ (FOUCAULT, 1991, P. 102-103).

Para Foucault, o processo de *governamentalização* do Estado moderno, deve ser compreendido (a) pela assunção do problema do governo em relação ao poder de soberania; (b) pelo aparecimento da população como campo passível de intervenção e como objeto de técnicas de governo; e (c) pela colocação da economia política no cerne da prática de governo, bem como pelo desenvolvimento da economia política como ciência específica do exercício do governo. Em *Segurança, Território, População* e na conferência realizada em *Stanford*, intitulada “*Ommes et Singulatim*: uma crítica da razão política”, o filósofo francês traça a história do pastorado cristão e o descreve como uma tecnologia do poder que se transforma progressivamente, nos séculos XVI e XVII, na doutrina da *razão de Estado*. A hipótese de investigação de Foucault é a de que a fundamentação histórica das atuais práticas de

governamentalidade do Estado (a ideia de que os homens é que são governados, em oposição ao Príncipe de Maquiavel, que exerce seu poder sobre o território) pode ser encontrada no tema do poder pastoral, primeiramente no Oriente pré-cristão e, posteriormente, no Oriente cristão. Na perspectiva de Foucault, “se o Estado é a forma política de um poder centralizado e centralizador, chamemos de pastorado o poder individualizador” (FOUCAULT, 2006, p. 357).

A análise do pastorado permite localizar os traços iniciais da governamentalidade em sua forma moderna. Não é meu intuito realizar uma análise exaustiva do poder pastoral; pretendo unicamente apontar que, com a ideia de um poder de tipo pastoral, o cristianismo instaurou uma forma de governo entendida como uma “arte de dirigir as almas”, que nada mais era do que uma forma de controle social, de submissão total dos indivíduos, traduzida nos moldes de uma *individualização integral*. Foucault vê no pastorado cristão uma tripla técnica de poder de *individualização*: pelo viés da salvação, o indivíduo é definido, em todo momento, pela dissecação analítica dos méritos e das faltas; além disso, o indivíduo, pelo caminho da lei divina, é colocado numa condição absoluta de servidão, de servidão completa a outro; finalmente, o indivíduo, em relação à verdade divina, deve produzir uma verdade interna, secreta e escondida: “é, portanto, toda a história dos procedimentos de individualização humana no Ocidente que está envolvida na história do pastorado. Digamos ainda que é a história do sujeito” (FOUCAULT, 2008a, p. 243).

Ora, como a emergência do governo dos homens, isto é, com o surgimento do problema político/público da conduta, é preciso se interrogar sobre qual o tipo de racionalidade que será necessário para bem governar a população no âmbito dos Estados. A questão central de Foucault é analisar as racionalidades de governo próprias do Estado moderno, ou seja, a invenção de uma forma de pastorado político secular que une individualização e totalização. A especificidade da razão de Estado é que ela deve, em primeiro lugar, ser considerada como uma *arte racional de governo*, não fazendo referência a uma ordem divina, natural ou humana, nem a uma estratégia do Príncipe; ela é um tipo peculiar de racionalidade de governo: “[...] o Estado se governa segundo as leis racionais que lhe são próprias, que não se deduzem das únicas leis naturais ou divinas, nem dos únicos preceitos de sabedoria e de prudência. O Estado, tal como a natureza, tem sua própria racionalidade, mesmo se ela é de um tipo diferente” (FOUCAULT, 2006, p. 295); em segundo lugar, o sentido dessa racionalidade governamental é que ela visa a manutenção e o fortalecimento do próprio Estado: “[...] a arte de governar é racional se a reflexão a conduz

a observar a natureza do que é governado – no caso, o *Estado*” (FOUCAULT, 2006, p. 374); em terceiro lugar, a razão de Estado estabelece uma ruptura em relação àquilo que aparecia n’O *Príncipe* de Maquiavel, isto é, enquanto que o problema de Maquiavel era saber como o Príncipe poderia defender seu território, seja dos inimigos externos ou internos, o problema da razão de Estado é o da existência e da natureza do Estado. O objetivo dessa arte de governar não é fortalecer o poder que o Príncipe pode exercer sobre um território; seu objetivo está no reforço do próprio Estado: “[...] o governo racional se resume, por assim dizer, nisto: dada a natureza do Estado, ele pode aterrorizar seus inimigos durante um período indeterminado. Ele só pode fazê-lo aumentando sua própria potência. E seus inimigos farão o mesmo. O Estado, cuja única preocupação seria durar, acabaria muito certamente em catástrofe” (FOUCAULT, 2006, p. 376); em quanto lugar, a razão de Estado pressupõe a constituição de certo tipo de conhecimento; em outras palavras, a potência do Estado só pode ser mantida ou aumentada mediante o conhecimento de suas próprias potencialidades e, além disso, pelo conhecimento das potencialidades dos outros Estados. Desse modo, não basta somente que o governo se limite à aplicação das regras gerais de razão, sabedoria e prudência; também é necessário um saber completo da potência do Estado; esse tipo de conhecimento é a *estatística* ou a *aritmética política* (FOUCAULT, 2006, p. 376).

Por volta do século XVIII, pela influência do pensamento econômico, tem-se aquilo que se poderia chamar de “crítica da razão de Estado”. Em outras palavras, os economistas inventaram uma nova arte de governar, não mais em termos de razão de Estado, que instaurou uma modificação importante na própria razão de Estado; essa nova arte de governar é a *economia*. O que há de específico é que a economia fornece um novo conteúdo e uma nova racionalidade aos cálculos dos poderes políticos estatais.

Foucault mostra que essa racionalidade própria ao Estado se modifica essencialmente e assume algumas características básicas. Em primeiro lugar, o bom governo, na tradição medieval, fazia parte de uma espécie de *continuum* cosmológico-teológico; a razão de Estado, por sua vez, ao romper com essa ordem natural do mundo, fez o Estado aparecer como uma realidade com sua própria racionalidade; a economia, por sua vez, coloca em cena uma nova naturalidade, oposta tanto à racionalidade da política quanto da razão de Estado e da polícia. Essa naturalidade diz respeito às relações que os homens estabelecem entre si, pelo fato de viverem juntos, de manterem intercâmbios entre si, de trabalharem, de produzirem etc. Essa *naturalidade da sociedade* “que os economistas, no fundo, estão fazendo emergir como domínio,

como campo de objetos, como domínio possível de análise, como domínio de saber e de intervenção. A sociedade como campo específico de naturalidade própria do homem: é isso que vai fazer surgir como *vis-à-vis* do Estado o que se chamará de sociedade civil” (FOUCAULT, 2008a, p. 468). Portanto, é a gestão da sociedade, não mais entendida como uma coleção de súditos de direito, mas da sociedade civil, com sua naturalidade e com os fenômenos que lhe são próprios, que o Estado deve ter como seu objetivo principal. Em segundo lugar, essa nova arte de governar – ou governamentalidade –, bem como essa nova realidade que é a naturalidade do social, faz aparecer um conjunto de conhecimentos (saberes) que são indispensáveis ao exercício do governo. Esse conhecimento não se caracteriza por ser, como na razão de Estado, um cálculo de forças (seja das forças do próprio Estado, seja das forças dos outros Estados); trata-se de um conhecimento com *status* científico, que leva em conta a naturalidade dos fenômenos próprios de um conjunto de indivíduos que vivem em sociedade. O exercício dessa arte de governar é inseparável da relação do poder com o saber, do governo e da ciência. Essa arte de governar exige “uma cientificidade que vai cada vez mais reivindicar sua pureza teórica, que vai ser a economia; e, depois, que vai reivindicar ao mesmo tempo o direito de ser levada em consideração por um governo que terá de modelar por meio dela suas decisões” (FOUCAULT, 2008a, p. 472).

Em terceiro lugar, a população aparece agora como uma realidade específica e relativa, seja em relação à riqueza, seja em relação ao trabalho e aos preços, etc. O problema da população se coloca também em outros dois outros sentidos: primeiro, pelo fato de a população ter seus próprios processos naturais (ela vai se transformar, crescer, decrescer, etc.); segundo, entre cada indivíduo e todos os outros se produz uma série de relações e de efeitos que nada mais são do que fenômenos espontâneos, próprios da vivência dos indivíduos entre si. É no interior da emergência desses fenômenos específicos da população que se desenvolvem, na segunda metade do século XVIII, certo número de práticas ou de intervenções (por exemplo, a medicina social, a demografia etc.) sobre o conjunto de fenômenos naturais próprios de uma população – que não é mais entendida como coleção de súditos. Em quarto lugar, o papel do Estado consistirá não mais em impor regulamentos ou sistemas de proibições aos indivíduos, mas sim em gerir, em agir de tal forma que possa levar em conta essa naturalidade implícita à população; trata-se de criar *mecanismos de segurança* (ou mecanismos de intervenção) que poderão garantir a segurança desses fenômenos econômicos e daqueles próprios à população. Por fim, a liberdade não é somente um direito dos indivíduos que deve ser preservado contra a arbitrariedade do poder soberano ou do

governo, mas ela é um instrumento indispensável ao próprio exercício do governo. O bom governo depende do respeito às liberdades (FOUCAULT, 2008a, p. 474-475). A nova governamentalidade, portanto, que no século XVII se aplicava de uma maneira exaustiva e unitária sobre as populações, se vê obrigada a integrar outros processos: a economia, a administração das populações, o respeito às liberdades, uma polícia com função repressiva (aliás, em seu sentido moderno, a polícia assume uma conotação negativa: não mais o de fazer com que a força do Estado cresça respeitando uma ordem, e sim evitando que as desordens não se produzam).

6. Biopolítica, liberalismo e neoliberalismo

Em *Nascimento da Biopolítica*, Foucault estuda as formas de governamentalidade liberal e neoliberal, notadamente o *Ordo-liberalismo* alemão do pós-guerra e o neoliberalismo da *Escola de Chicago* e sua *teoria do capital humano*. Em termos metodológicos, ao problematizar o liberalismo, Foucault quer demonstrar que ele é condição de inteligibilidade da biopolítica.

Qual é o traço distintivo da análise de Foucault sobre o liberalismo e o neoliberalismo do pós-guerra? Como argumentei no início deste trabalho, Foucault analisa o liberalismo não como uma teoria econômica ou jurídica, nem como uma ideologia, mas como uma racionalidade política, como uma *prática refletida de governo*. Foucault mostra que o liberalismo se opõe ao modelo da razão de Estado e ao modelo de Estado de polícia do século XVIII, ou seja, enquanto que a doutrina da razão de Estado era perpassada pelo princípio de que “nunca se governa demais”, na medida em que muitas coisas escapam do controle administrativo do Estado e, nesse sentido, exigia intervenção pública permanente, o liberalismo, por sua vez, é atravessado pelo princípio de que “sempre se governa demais” (SENNELLART, 1995, p. 07-08). Em outras palavras, o liberalismo deve ser compreendido “como uma maneira de fazer, orientada para objetivos e regulando-se por uma reflexão contínua. O liberalismo deve ser analisado, então, como um princípio e método de racionalização do exercício do governo”, racionalização essa que obedece a uma “regra de economia máxima” (FOUCAULT, 2008b, p. 432). Para Foucault, enquanto que na doutrina da razão de Estado toda a racionalização da prática governamental se dirigia à maximização dos efeitos, diminuindo ao máximo seu custo econômico e político, a racionalização liberal parte do pressuposto de que o governo não constitui um fim em si mesmo. O liberalismo rompe, portanto, com a doutrina da razão de Estado e do Estado de polícia, que desde o

século XVI haviam “procurado na existência e no fortalecimento do Estado o fim capaz de justificar uma governamentalidade crescente e de regular seu desenvolvimento” (FOUCAULT, 2008b, p. 432), desenvolvimento esse que implicava um princípio de limitação externa do exercício da soberania política (e do qual o direito era seu representante), por meio de um princípio de limitação interna do próprio exercício do governo, sob a forma da economia (Cf.: FOUCAULT, 2008b, p. 19):

O liberalismo difere da razão de Estado, no sentido em que ele parte do pressuposto que o comportamento humano deve ser governado, não apenas como reforço dos interesses do Estado, mas nos interesses da sociedade entendida como reino externo do Estado. No liberalismo, ele [Foucault] sugere, podemos observar a emergência da distinção entre Estado e sociedade. [...] Foucault sugere que o liberalismo não é tanto uma doutrina substantiva de *como* governar. Mas sim uma arte de governar que surge como uma crítica do excesso de governo – uma busca por uma tecnologia de governo que pode ser endereçada como uma recorrente denúncia de autoridades que governam excessivamente (ROSE; VALVERDE; O’MALLEY, 2006, p. 84).

Na análise de Foucault do liberalismo, aparecem duas ideias fundamentais, a saber, de um lado, a ideia do mercado como lugar de formação da verdade e como mecanismo específico de formação e, de outro lado, a ideia do liberalismo ao mesmo tempo como produtor e limitador da liberdade. No primeiro caso, o mercado não se caracteriza mais, no século XVIII, como um lugar de jurisdição, mas é algo que deve obedecer um conjunto de mecanismos espontâneos e, além disso, ele se torna um lugar do “normal”, do “bom”, do “natural”, do “verdadeiro preço”. Em outras palavras, o mercado é o lugar privilegiado da verificabilidade/falsificabilidade da prática governamental, na medida em que, através da troca, permite ligar entre si a produção de bens, a demanda dos produtos, as necessidades dos consumidores, a lei da oferta e da procura das mercadorias, do seu preço e do seu valor. Foucault diz que, a partir do século XVIII, o mercado mostra que um bom governo não é aquele que se exerce com base num princípio de justiça, mas sim com base na verdade. A importância da verdade reside não no fato de que ela ditaria ao governo o melhor tipo de conduta, mas no fato de que ela é capaz de indicar ao governo onde ele deveria olhar para encontrar o princípio de verdade de sua prática governamental. Em suma, o mercado deve expressar a verdade em relação à prática governamental e, por conseguinte, os governos, em suas ações e decisões, devem levar em conta os dados fornecidos pela análise econômica do mercado – é isso que Foucault chamou de “lugar de verificação” (FOUCAULT, 2008b, p. 44-45).

No segundo caso, o liberalismo produz liberdades. Nas palavras de Emmanuel Renault, é um equívoco pensar que o liberalismo seja exclusivamente uma ideologia a serviço da classe dominante, nem que ele se reduziria a uma teoria ou uma prática política destinada a limitar o poder do Estado em nome dos direitos individuais; o liberalismo é melhor entendido se concebido como uma maneira de governar que se centra na “institucionalização das liberdades” (RENAULT, 2008, p. 197). Foucault argumenta que o liberalismo se caracteriza como um consumidor de liberdade, ou seja, ele se pode se exercer plenamente na medida em que existir um certo número de liberdades (de mercado, de compra e venda, de expressão etc.). Então, se o liberalismo é um consumidor de liberdades, ele se vê obrigado a fabricá-las a todo instante e, fabricando-as, vê-se obrigado igualmente a organizá-la. Portanto, o liberalismo se apresenta fundamentalmente como “gestor de liberdades”, isto é, ao mesmo tempo como produtor e criador de mecanismos de barragem e de interdição dessas mesmas liberdades (Cf.: FOUCAULT, 2008b, p. 86-87).

Em *Nascimento da Biopolítica*, Foucault analisa duas vertentes contemporâneas do neoliberalismo: o *ordo-liberalismo alemão* e o *neoliberalismo da Escola de Chicago*. Na Alemanha Ocidental, o neoliberalismo apresentou um novo tipo de relação entre o Estado e o mercado. Pode-se dizer que, enquanto no liberalismo clássico do século XVIII – em particular, no liberalismo econômico de Smith – o problema estava em saber de que maneira era possível abrir espaço para uma liberdade de mercado no interior de uma sociedade política já constituída, e que era governada com base no princípio da razão de Estado e do Estado de polícia, no neoliberalismo alemão, por sua vez, tratava-se de inverter o problema e de se perguntar como era possível adotar uma liberdade de mercado que funcionasse ao mesmo tempo como princípio organizador e regulador da ação governamental. Em outras palavras, se no liberalismo clássico o problema consistia fundamentalmente em instituir uma liberdade de mercado que fosse definida pelo Estado, liberdade de mercado essa que, por conseguinte, seria mantida sob vigilância pelos próprios mecanismos estatais, no neoliberalismo alemão a questão-chave consistia em fazer com que o próprio Estado estivesse sob o signo da vigilância do mercado – e não inversamente. Para Foucault, se no liberalismo clássico o problema estava em saber como, “no interior de uma sociedade já dada, era possível recortar, arranjar um espaço livre que seria o mercado”, no neoliberalismo alemão o problema consistia fundamentalmente em saber como “se pode regular o exercício global do poder com base nos princípios de uma economia de mercado” (FOUCAULT, 2008b, p. 181).

Com efeito, o objetivo central da análise elaborada pelos ordoliberais estava em tentar definir de que modo a liberdade de mercado poderia funcionar ao mesmo tempo como princípio organizador e regulador do Estado, ou seja, o neoliberalismo alemão vai se interrogar até que ponto é possível adotar uma economia de mercado que será ao mesmo tempo um poder de formalização e também de justificação tanto da sociedade quanto do Estado. A principal contribuição dos ordoliberais é a dissociação entre uma economia de mercado e o princípio econômico e político do *laissez-faire* e a generalização das formas “empresa”. Na perspectiva dos ordoliberais, a característica fundamental do mercado não estaria no princípio da troca, mas no da *concorrência*, isto é, o essencial do mercado, levando-se em conta a dinâmica da concorrência, não é a instauração de um princípio de equivalência, de um mecanismo equitativo no que se refere à formação dos preços, mas de um princípio de desigualdade. Nesse sentido, aquilo que vai se constituir como fundamento da teoria do mercado não é o problema do valor e da equivalência, como era o caso do liberalismo clássico, mas sim o problema da concorrência e do monopólio. Portanto, a concorrência vai se tornar a chave da racionalidade econômica ordoliberal, na medida em que ela vai fazer com que, mediante um mecanismo de formação dos preços, seja possível medir os avanços em termos econômicos e, ao mesmo tempo, regular as escolhas não só dos parceiros econômicos, como também da racionalidade interna do mercado. Na tradição liberal do século XIX e XX – também chamada de concepção marginalista e neomarginalista da economia de mercado –, o mercado só poderia funcionar plenamente mediante um mecanismo de concorrência livre e inteira. O Estado, por sua vez, não deveria influenciar na dinâmica da concorrência, tal como ela se exercia no interior do mercado; além do mais, ele deveria cuidar para não introduzir, seja por intermédio de fenômenos de monopólio, seja por meio de fenômenos de controle e de coerção, certos elementos que viriam a desnaturalizar o mecanismo da concorrência. Cabia ao Estado, no máximo, intervir na medida em que percebesse que o mecanismo natural da concorrência estivesse comprometido por um ou outro fenômeno – por exemplo, o fenômeno do monopólio. Para os ordoliberais, esses teóricos liberais nada mais fazem do que extrair o mesmo resultado dos liberais do século XVIII, no momento em que se definia a economia de mercado pelo mecanismo da troca, do *laissez-faire*. Na ótica dos ordoliberais, o problema consistia fundamentalmente em organizar um espaço concreto onde o jogo da concorrência poderia atuar; o que estava em questão era uma economia de mercado livre do princípio do *laissez-faire*, ou seja, uma economia de mercado sem nenhum tipo de dirigismo. Isso se deve ao fato de que, para os neoliberais

alemães, o mercado não poderia ser concebido como um fenômeno natural, que se produziria de forma espontânea e que, por sua vez, deveria ser respeitado pelas intervenções estatais. A concorrência não pode ser caracterizada como um processo de ordem natural; ela é uma essência (*eidos*), “um princípio de formalização” do mercado, da sociedade e do Estado. O jogo da “concorrência pura” só aparecerá e produzirá seus efeitos se – e somente se – suas condições forem prévia e artificialmente preparadas por “uma política infinitamente ativa”: ela não é um dado natural, mas “um objetivo histórico da arte governamental” (FOUCAULT, 2008b, p. 164). A economia de mercado é a regra que vai definir onde o governo deve buscar o princípio de sua racionalidade governamental. É nesse sentido que os neoliberais estabelecem um novo objetivo no cerne da racionalidade governamental: “é necessário governar para o mercado, em vez de governar por causa do mercado” (FOUCAULT, 2008b, p. 165).

Nos Estados Unidos, o neoliberalismo, desde seu desenvolvimento no século XVIII, se exerceu não como um “princípio moderador da razão de Estado”, mas foi “a título de princípio fundador e legitimador do Estado [...]. Não é o Estado que se autolimita pelo liberalismo, é a exigência de um liberalismo que se torna fundador do Estado” (FOUCAULT, 2008b, p. 299-300). Na perspectiva de Foucault, o liberalismo americano se apresenta não somente como uma opção político-econômica formada no âmbito da racionalidade governamental, mas representa, acima de tudo, “toda uma maneira de ser e de pensar” e um “tipo de relação entre governantes e governados, muito mais que uma técnica dos governantes em relação aos governados” (FOUCAULT, 2008b, p. 301). Nos Estados Unidos, a relação entre os indivíduos e o governo adquire exclusivamente o aspecto do problema das liberdades – diferente, portanto, de países como a França, por exemplo, o problema gira em torno do serviço público. Além disso, o liberalismo americano não é ou não representaria uma alternativa política: ele se caracteriza por ser uma espécie de reivindicação de caráter global e multiforme, que serve de apoio tanto na Esquerda como na Direita; por outro lado, ele se caracteriza por ser uma espécie de foco utópico comumente reativado. Na ótica de Foucault, o liberalismo americano pode ser melhor caracterizado como um método de pensamento, isto é, como uma grade de análise tanto dos processos econômicos quanto dos processos sociológicos (Cf.: FOUCAULT, 2008b, p. 301).

Os neoliberais da Escola de Chicago argumentam que a economia política clássica (Smith e Ricardo) sempre indicou que a produção de bens dependia exclusivamente de três fatores: a terra, o capital e o trabalho. Em compensação, nessas teorias, o trabalho sempre

permaneceu inexplorado. A crítica neoliberal à economia política clássica se refere fundamentalmente ao fato de que ela nunca analisou o trabalho em si mesmo, mas acabou por neutralizá-lo, restringindo-o à questão *tempo*. Para eles, a análise econômica do liberalismo econômico clássico se resume em estudar os mecanismos de produção, de troca e de consumo, esquecendo-se de estudar as modulações qualitativas do trabalhador, suas escolhas, suas decisões, bem como o conjunto dos comportamentos que ele coloca em prática no processo de produção e no mercado. Por sua vez, os neoliberais americanos pretendem estudar o trabalho como conduta econômica, como conduta econômica praticada, refletida, calculada por aquele que trabalha. Na análise do trabalho na sociedade capitalista, Marx mostra de forma clara que o que o trabalhador vende não é seu trabalho, mas sua força de trabalho. Em outras palavras, a mecânica interna do mercado faz com que o trabalhador seja obrigado a vender sua força de trabalho por um determinado tempo e, em troca, receba um salário que é medido e pago mediante certa situação de mercado que respeita à dinâmica da oferta e da procura de força de trabalho. A lógica econômica do capitalismo faz do trabalho algo abstrato, na medida em que este é “o trabalho concreto transformado em força de trabalho, medido pelo tempo, posto no mercado e retribuído como salário”; além disso, este trabalho, para Marx, está “amputado de toda a sua realidade humana, de todas as suas variáveis qualitativas, sendo que justamente [...] a mecânica econômica do capitalismo, a lógica do capital só retém do trabalho a força e o tempo. Faz dele um produto mercantil e só retém seus efeitos de valor produzido” (FOUCAULT, 2008b, p. 304-305).

Para os neoliberais, o caráter abstrato do trabalho não é resultado da mecânica real dos processos econômicos, mas da maneira como ela foi pensada e analisada pela economia política clássica; nesse sentido, não se trata de dar sequência à crítica de Marx ao caráter abstrato do trabalho, mas de realizar uma crítica teórica da maneira como, no pensamento e na prática econômica, o trabalho apareceu como abstrato. O que está no centro das análises neoliberais é que elas pretendem mudar o que havia se constituído até então como objeto de análise da economia política clássica. Em outras palavras, a análise econômica deve consistir no estudo da natureza e das consequências daquilo que eles chamam de “opções substituíveis”: a “maneira como são alocados recursos raros para fins que são alternativos, que não podem se superpor uns aos outros” (FOUCAULT, 2008b, p. 306). A análise neoliberal do trabalho, pelo viés do capital e da renda, introduz uma espécie de ruptura em relação às análises tradicionais do capitalismo – notadamente no que se refere às análises econômicas, sociológicas, psicológicas –, que afirmavam que a lógica do capital acabava por

transformar os indivíduos em máquinas e, conseqüentemente, os alienava; para eles, não se pode dissociar o capital do indivíduo que o detêm, ou seja, não se pode separar o conjunto das capacidades e das aptidões físicas e psicológicas do indivíduo que as detêm. A análise neoliberal do trabalho mostra, portanto, que se deve levar em conta a dinâmica capital-competência, isto é, faz-se necessário considerar que “a competência que forma um todo com o trabalhador” é, por conseguinte, aquilo que faz de cada indivíduo trabalhador “uma máquina”, máquina essa concebida em seu aspecto positivo, ou seja, o indivíduo trabalhador aparece fundamentalmente como produtor de “fluxo de renda” (FOUCAULT, 2008b, p. 309-310). Assim, o neoliberalismo faz aparecer uma nova concepção do *homo oeconomicus*, não mais entendido, como na concepção clássica, como um parceiro econômico, como um dos parceiros de troca; na concepção neoliberal, o *homo oeconomicus* aparece como “um empresário”, uma espécie de “empresário de si mesmo”. Na análise clássica, o *homo oeconomicus*, parceiro da troca, era analisado a partir do que ele é, dos seus comportamentos e modos de fazer e agir em termos de utilidade, motivados pela mecânica das necessidades, já que é em relação a elas que se dará o processo de troca. O neoliberalismo, por sua vez, rompe com a concepção clássica do *homo oeconomicus*, exatamente por enfatizar o *homo oeconomicus* como “empresário de si mesmo, sendo ele seu próprio capital, sendo para si mesmo seu produtor, sendo para si mesmo a fonte de sua renda” (FOUCAULT, 2008b, p. 311).

Há uma tese essencial constitutiva da racionalidade econômica do neoliberalismo da Escola de Chicago: a tese do *capital humano*. Para os neoliberais, o investimento em torno do capital humano é fundamental no processo de produção, ou seja, se se descobrem formas novas de produtividade, se novas formas de tecnologia são desenvolvidas, tudo isso nada mais é do que a renda de determinado capital humano. Em outras palavras, se há inovação no nível produtivo e tecnológico, isso só foi possível pelo conjunto dos investimentos que foram feitos no nível do próprio homem. Portanto, na análise do crescimento econômico, político, tecnológico, cultural etc. de determinadas nações, não pode ser explicada simplesmente pelas variáveis da terra, do capital e do trabalho, do número de trabalhadores e de horas de trabalho postos à disposição do capital, como era característico da economia política clássica; ela deve levar em conta os investimentos que foram feitos em torno do capital humano, em termos de políticas sociais, econômicas, culturais, educacionais.

7. Considerações Finais

Neste texto, procurei mostrar a genealogia da modernidade política liberal desenvolvida por Foucault nos textos da década de 1970, portanto, na intersecção das análises arqueológicas e genealógicas do saber e do poder modernos. Tratava-se de descrever o processo de constituição dos sujeitos modernos como resultado de um imbricado processo de individuação e normalização que se originam no interior de diferentes instituições sociais. Procurei destacar que, nas sociedades Ocidentais modernas, o indivíduo é capturado no interior de uma rede de micropoderes disciplinares, que é responsável ao mesmo tempo por um processo de docilização e treinamento dos corpos individuais, tendo em vista as necessidades e as exigências do mercado capitalista. Além disso, procurei mostrar que há uma relação imbricada entre o exercício do poder e as ciências humanas, e que o indivíduo é o produto/resultado dessa imbricação. Esse processo é complementado pela emergência da biopolítica e a consequente racionalização dos processos biológicos relacionados a um conjunto de indivíduos concebidos como *população*. É justamente esse processo de racionalização dos processos biológicos da população que se constitui como o fundamento do Estado liberal moderno. A genealogia estatal moderna, realizada por Foucault nos cursos de 1978-1979, demonstrou que o Estado moderno é marcado por uma dupla característica: seu caráter individualizante e totalizante, no sentido de que este Estado buscaria modelar tanto os processos de subjetivação quanto os processos de socialização. O que Foucault percebe, nesse processo de consolidação do Estado moderno, é que aos poucos a economia política é colocada no centro da reflexão governamental, no sentido de que a preocupação dos cálculos do poder se centra na constituição do mercado como elemento fundamental da política, bem como de que a dinâmica da racionalidade econômica passa a determinar a própria dinâmica interna do poder. Nesse aspecto, a biopolítica aparece intrinsecamente ligada à questão do poder (seja econômico, seja político), pelo fato de que a vigilância e a normalização metódicas e permanentes dos processos relativos às populações estão ligadas a uma preocupação de racionalização política que leva em conta as exigências do mercado enquanto lugar por excelência da formação da verdade, isto é, o mercado e sua racionalidade econômica indicarão *onde e como* o poder político deve agir. Há uma correlação entre os fenômenos específicos das populações e a economia política. Portanto, a biopolítica, enquanto forma de controle e de gestão desses fenômenos ligados à população, adquire sua centralidade no desenvolvimento e na consolidação das modernas economias capitalistas –

o poder político, nesse sentido, ao enfatizar a questão da biopolítica, está seguindo as determinações em termos de economia política, na medida em que esta passa a constituir a ciência por excelência do Estado. Há uma tese que gostaria de insistir neste trabalho: partindo da tese de que há uma crescente intensificação e intromissão da racionalidade econômica nos outros âmbitos da vida, *própria da nossa época*, podemos descrever o neoliberalismo como uma prática biopolítica estratégica cuja dinâmica aponta para a centralidade da gestão permanente daqueles fenômenos específicos da sociedade – por exemplo, a saúde, a higiene, a educação, o trabalho, a preocupação com a engenharia genética, etc. A gestão permanente da vida, eis a exigência básica dessa intromissão da racionalidade econômica nos outros âmbitos da vida, na medida em que não mais a esfera interna do mercado é suficiente para garantir a própria estabilidade deste, senão que as esferas circunvizinhas passam a ser fundamentais (pensemos na questão da educação, na questão do controle da criminalidade, etc.) para a maximização dos processos produtivos. Quer dizer, já não basta a dinâmica interna da economia, mas sim é necessária, em termos de neoliberalismo, sua complementação com uma gestão adequada da evolução social, o que equivale a dizer a necessidade de controle e de administração da população. Nesse sentido, o processo de governamentalização do Estado moderno está intrinsecamente ligado à necessidade de um *conhecimento específico* desses problemas sociais, conhecimento específico esse que *é fornecido pela economia*. É por isso que há uma imbricada relação entre poder-saber e economia política: esta indica, pelo conhecimento dos fenômenos específicos da população, o caminho pelo qual se deve seguir em termos de gestão política da vida, da sociedade.

Referências

- BARRY, Andrew; OSBORNE, Thomas; ROSE, Nikolas (ed.). *Foucault and Political Reason: Liberalism, Neo-Liberalism and Rationalities of Government*. Chicago: The University of Chicago Press, 1996.
- DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- ÉVRARD, Franck. *Michel Foucault et l'Histoire du Sujet en Occident*. Paris: Bertrand-Lacoste, 1995.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: História da Violência nas Prisões*. Petrópolis: Editora Vozes, 1975.
- _____. *História da Sexualidade 1: A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1976.
- _____. “Nietzsche, a Genealogia e a História”. In.: _____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 15-38.
- _____. “Genealogia e Poder”. In.: _____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 167-178.
- _____. *Em Defesa da Sociedade*. Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- _____. *Estratégia, Poder-Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006 (*Ditos & Escritos IV*).
- _____. “*Ommes et Singulatum: Uma Crítica da Razão Política*”. In.: _____. *Estratégia, Poder-Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006 (*Ditos & Escritos IV*), p. 355-386.
- _____. *Segurança, Território, População*. Curso no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008a.
- _____. *Nascimento da Biopolítica*. Curso no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- GANE, Mike. “Foucault on Governmentality and Liberalism”, *Theory, Culture & Society*, vol. 25, nº 07-08, 2008, p. 353-363.
- KELLY, Mark G. E. *The Political Philosophy of Michel Foucault*. New Jersey: Routledge, 2008.
- MARTUCCELLI, Danilo. “Michel Foucault et les Impasses de L'ordre Social”. *Sociologie et Sociétés*, vol. 38, nº 02, 2006, p. 17-34.
- OLIVEIRA, Nythamar de. *On Genealogy of Modernity: Foucault's Social Philosophy*. New York: New Science Publishers, Inc, 2003.

ROSE, Nikolas; O'MALLEY, Pat and VALVERDE, Mariana. "Governmentality". *Annu. Ver. Law, Soc. Sci.*, Vol. 02, 2006, p. 83-104.

ROSE, Nikolas. *The Politics of Life Itself: Biomedicine, Power, and Subjectivity in the Twenty-First Century*. New Jersey: Princeton University Press, 2007.

SENELLART, Michel. "A Crítica da Razão Política em Michel Foucault". *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, nº 07, 1995.

_____. "Situação do Curso". In.: FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População*. Curso no *Collège de France* nos anos de 1977-1978. São Paulo: Martins Fontes, 2008a, p. 435-438.

_____. "Situação do Curso". In.: FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica*. Curso no *Collège de France* nos anos de 1978-1979. São Paulo: Martins Fontes, 2008b, p. 441-446.

VEIGA-NETO, Alfredo. *Foucault e a Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

Universidade Católica de Petrópolis
Centro de Teologia e Humanidades
Rua Benjamin Constant, 213 – Centro – Petrópolis
Tel: (24) 2244-4000
synesis@ucp.br
<http://seer.ucp.br/seer/index.php?journal=synesis>



DANNER, Fernando. Foucault e a crítica da modernidade política liberal. *Synesis*, v. 11, n. 2, fev. 2020. ISSN 1984-6754. Disponível em: <<http://seer.ucp.br/seer/index.php/synesis/article/view/1830>>
